

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Willie Brasiel de Almeida

MARX E A QUESTÃO DA IDEOLOGIA NA SOCIEDADE BURGUESA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora

2017

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **WILLIE BRASIEL DE ALMEIDA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201273114A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **MARX E A QUESTÃO DA IDEOLOGIA NA SOCIEDADE BURGUESA**, desenvolvido sob a orientação do DR. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA PEIXOTO, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

WILLIE BRASIEL DE ALMEIDA

MARX E A QUESTÃO DA IDEOLOGIA NA SOCIEDADE BURGUESA

Resumo:

No presente trabalho pretendemos examinar os pressupostos da teoria da ideologia de Marx, que junto a sua crítica e renovação da forma tratada pela tradição alemã, apresenta-nos diversas formas de alienação que se iniciam no processo produtivo e acabam por derivar em todos os variados setores do corpo social e também na própria ideia do que é a sociedade e como devemos nela viver e o que dela devemos esperar, bem como avaliar sua pertinência e importância para a contemporaneidade. Para tal, utilizaremos as análises de Terry Eagleton, filósofo e crítico literário britânico. Importante figura dentro do pensamento marxista desde o fim do século xx até os dias atuais, que traz novo fôlego ao conceito de ideologia apresentado por Marx, em um verdadeiro exercício do materialismo dialético, debruça seu olhar aguçado para a trajetória do conceito no pensamento marxista e apresenta-nos diversos significados do mesmo, além de trabalhar sua relevância na atualidade.

Palavras-chave: Marx; Eagleton; ideologia; classes sociais; discurso.

Introdução

Partindo da inversão que Marx faz frente à forma que Hegel e a tradição alemã abordam a relação entre teoria e prática, passaremos por alguns dos aspectos fundamentais da teoria marxiana, com ênfase para sua conceituação de ideologia, apontando entendimentos equivocados que sua vasta contribuição sofreu ao longo da história. Partindo de sua discordância em relação a Hegel, uma espécie de “virar seu precursor de cabeça para baixo”, e caminhando para a contribuição contemporânea dada por Terry Eagleton e suas definições pertinentes sobre o que é e qual o contexto da ideologia.

A justificativa para tal trabalho é a importância de se definir claramente a conceituação de ideologia, entendendo assim seu mecanismo de atuação e possibilitando uma melhor abordagem futura de qualquer trabalho referente às especificidades estéticas, sociais e filosóficas que podem ser abordadas dentro da teoria crítica, que tem sua fonte na escola de Frankfurt. Nos remetemos a esta corrente teórica é aqui uma vez que ela tem suas raízes no pensamento marxiano e, ao mesmo tempo, influencia indiretamente as análises de Terry Eagleton, podendo fornecer uma importante contribuição a respeito da relevância do conceito de ideologia na sociedade contemporânea.

1. Marx e o conceito de ideologia

Karl Marx, em suas obras mais importantes, tentou identificar / elaborar um conhecimento real da sociedade burguesa como totalidade. É importante ressaltar desde já o termo “totalidade”, não apenas pelas errôneas interpretações que colocam o alemão como defensor do determinismo econômico, isto é, do fator econômico em detrimento dos demais fatores que compõem o corpo social. Tal colocação também é fundamental para uma melhor compreensão do significado do termo ideologia em seu pensamento.

Em Hegel, a teoria gera a prática, a abstração da ideia é que leva aos acontecimentos concretos. Marx discorda de seu precursor, entende justamente o oposto, identifica essa tendência a uma primazia da teoria em relação ao real e apresenta sua crítica, de forma contundente, na obra *Idealismo Alemão*. Decorre tal entendimento a escolha do método dialético como método de análise da do mundo social. Com ele, a prática torna-se peça chave para a construção do conhecimento, pois esse não apenas parte do real, do concreto, das relações fáticas, como também exige que o sujeito que busca tal compreensão exerça um papel ativo, já que deverá debruçar-se sobre a história com atenção às suas minúcias, partindo criticamente de todo o conhecimento. Ou seja, exige não apenas uma busca pelo conhecimento acumulado historicamente, como também que se parta dele criticamente, buscando trazê-lo ao exame racional e sempre verificando tais conteúdos a partir de processos históricos reais. Neste sentido, Marx afirma:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material trasposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (MARX, 1968, p. 16)

Essa citação mostra de forma bem explícita que é no mundo real que se pode buscar a “verdade” histórica, isto é, os fatos concretos econômicos, sociais e políticos. Cabe ao pesquisador realizar o trabalho de levar os elementos da realidade para a teoria, analisando os variados aspectos da sociedade burguesa com o objetivo de esclarecer seus aspectos e aí sim, a partir deles, estabelecer uma teoria. Teoria essa que deve sempre ser revisitada na busca por elementos concretos do real, que a alimentem e a mantenha sempre próxima ao que, de fato, ocorre nas relações sociais, no mundo “dos homens” e não nas abstrações descritas em palavras que pretendem ou que se julgam capazes de estabelecer uma nova realidade. O objeto de pesquisa na teoria marxiana é a sociedade burguesa que, independente da postura do pesquisador, possui existência objetiva. Não há nenhuma pretensão de neutralidade, pois se trata de análise das relações entre os homens (que mesmo dotados de subjetividade e sendo agentes da história não eliminam dela seu caráter concreto, sendo nela onde se concretizam enquanto ou como sujeitos). Entretanto, a análise de práticas sociais e históricas visa, sim, uma objetividade do conhecimento teórico. Sendo a teoria a reprodução intelectual do movimento real do objeto, é necessário que o sujeito que a elabora ou identifica assuma uma postura crítica e disponha-se à análise crítica detalhada e profunda do máximo de conhecimentos possíveis. Nesse constante movimento teoria-prática está evidente a ideia hegeliana de um mundo inacabado, de um mundo como um conjunto de processos que formam uma totalidade sempre “em formação”.

Marx acredita que o modo como são produzidas as riquezas na sociedade burguesa é o fundamento necessário para analisá-la, identifica na economia a centralidade das relações no contexto social fruto dos interesses burgueses. Nada mais concreto para compreender a sociedade acumuladora de excedentes, do que analisar e entender o máximo possível o modo que se dá a produção do que circulará na sociedade. Por produção entendem-se também suas consequências: distribuição, troca, consumo; dela deriva também a alienação do trabalhador que exerce uma atividade que não satisfaz seus anseios mais legítimos, que não identifica seu trabalho no produto final e nem mesmo recebe remuneração suficiente para ser um consumidor do que produz, que afastado de seus desejos e vontades mais verdadeiros não se identifica mais com a natureza e não vê nela nada que também seja comum a ele, que acaba por se estranhar com o outro e vê-lo como um concorrente e não como um igual. Nas relações de produção está a mais forte e central contradição do capitalismo: a diferença entre trabalho e capital, proletariado e burguesia.

A contradição mostra-se evidente na lógica dialética, enquanto a lógica formal visando encontrar pressupostos para sua abstração, a trata apenas como mera variável teórica. Marx percebe, no entanto, que na “lógica das relações da vida real” ela é uma condição indispensável. Por mais que algumas contradições desapareçam, sempre há aquelas que permanecem e também aquelas que surgem. Novamente nos deparamos com a herança da lógica hegeliana: os seres e as coisas existem em constante e permanente mudança e interligados uns com os outros; só sendo possível entendê-los, se consideramos desde o começo a reciprocidade de suas ligações. Assim vemos o quanto de Marx não deriva de Hegel, pois está no método dialético a necessidade de buscar, o mais longe possível na História, o entendimento das relações que ocorrem na sociedade burguesa. A pretensão hegeliana de entender totalidade permanece em Marx, que a tras põe em sua ferramenta para entender a complexidade e a dessas relações. Essa ferramenta é o método dialético de investigação da história.

É no trabalho que está o fundamento do valor e é o proletário que vive no centro de todo processo social: é ele quem atua na produção, produzindo em pouco tempo seu próprio salário, não detendo a posse de sua própria energia produtiva, recebendo por ela seu salário que é um valor referente apenas ao trabalho abstrato por ele executado. O proletário torna-se uma mercadoria, realiza sua atividade criadora em um espaço que gera e é fruto de uma sociedade dividida em classes, alienando-se de suas livres possibilidades criativas, de sua própria relação com suas necessidades, de sua humanidade.

Marx percebe toda uma tendência, não apenas de seus colegas hegelianos como também de toda uma tradição no pensamento alemão (e da filosofia também), de “romantizar” o mundo, idealizando-o, crendo (ou apenas corroborando) que a realidade deriva da abstração, da teoria, e não o contrário.

Há pouco tempo, um homem de bom senso imaginava que as pessoas se afogavam unicamente porque eram possuídas pela ideia de gravidade. Tão logo tirassem da cabeça essa representação, declarando, por exemplo, ser uma representação religiosa, supersticiosa, estariam a salvo de qualquer risco de afogamento. Durante toda sua vida, ele lutou contra a ilusão da gravidade, cujas consequências nocivas as estatísticas lhe mostravam, através de numerosas e repetidas provas. Esse bom homem era o protótipo dos modernos filósofos revolucionários alemães (MARX, 1998, p.4)

Esse último parágrafo do prefácio da obra “A ideologia alemã”, mostra muito bem qual é o problema identificado por Marx. O que não consta é que esse “homem de bom senso” jamais morreria afogado, pois crer que a teoria cria a realidade não leva à necessidade da prática e os pensadores tendem a viver e acreditar mais no que escrevem e nas palavras que escolheram para representar o real do que no próprio real, do que o que acontece embaixo de seus próprios narizes e também ao redor. Acreditam tanto na forma e nas palavras escolhidas para significar o real que elas acabam por cegá-los para esse próprio real. Porém, o homem comum apende a ouvir os “bons homens”, que eles estão certos, e a aplicar o que eles dizem e muitos dos comuns certamente morrerão afogados (e, nesse sentido, podemos dizer que a teoria cria sim a prática).

A divisão social do trabalho impossibilita que os homens adotem espontaneamente um ponto de vista comum a todos e leva a uma distinção básica que é bem clara não apenas na remuneração, mas também em toda relação entre pessoas ou entre pessoas e coisas, no processo produtivo. A saber, a divisão entre trabalho intelectual (pensamento) e trabalho manual (físico). Mais uma vez, teoria e prática são separadas pelo processo de produção social. Na sociedade sob tal divisão, as classes dominantes proliferam a ideologia que justifica para os indivíduos explorados sua própria exploração. Entender que o pensamento é fruto da realidade é primordial para não confundir os termos *infraestrutura* e *superestrutura* com o esboço de um edifício, já que essa analogia só terá alguma validade se a perpassarmos com a concepção marxiana de ideologia. Essas duas medidas já não nos permitirão cair no falho entendimento de que há pessoas controlando tudo de forma sistemática e que elas talvez até se reúnam, periodicamente, para determinarem o que comeremos, ouviremos, assistiremos, quanto receberemos de salário, quais funções cabem a nós, quais produtos podemos comprar. Afinal, é no dinamismo das relações produtivas da sociedade capitalista que se dá todo o processo ideológico, e não em conspirações entre os agentes sociais. A burguesia acaba por deter, no interior deste processo de produção, não apenas o controle dos meios de produção, como também exerce forte influência na produção e divulgação do conhecimento científico (da forma como são apresentados os conteúdos no maternal até o conteúdo apresentado nas universidades), na religião, na política, no entretenimento (lazer) e em todas as esferas da vida social. É ela, de fato, quem dirige o rumo da produção, o rumo da distribuição, o rumo da troca, o rumo do consumo, quais notícias são importantes e também o que o trabalhador deve fazer hoje, amanhã e depois durante o seu expediente. Não é preciso tornar mais absurda uma situação que já é absurda, tal abordagem só faz a concepção séria cair no descrédito e isso tem uma função ideológica de descreditar o discurso que atenta para o dinamismo do como se dá a ideologia no mundo da economia como centro das relações. Não há que se fazer um julgamento moral de burgueses e proletários, isso apenas atrapalha o trabalho de compreender as complexas relações sociais no contexto que dividem. Afinal, nós brincamos, e é, inclusive, uma pena que esse exemplo seja tão útil, mas até mesmo as cores que podemos escolher para determinado produto tem um limite e isso é uma escolha “consciente” dos publicitários e comandantes de uma empresa que visa vender um produto qualquer: Se não fossemos “livres” para escolher, talvez resistíssemos aos apelos publicitários. “Digo bem ‘livremente’ pois, forçado, resistiria. Ao passo que livre, pode consentir em querer o que lhe dizem que deve querer enquanto cidadão livre” (DUFOR, 2008, p.24).

No mesmo sentido, e Adorno e Horkheimer já tinham alertado para as estratégias da indústria do consumo:

O esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa. A diferença entre a série Chrysler e a série General Motors é no fundo uma distinção ilusória, como já sabe toda criança interessada em modelos de automóveis. As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 102)

Diferente do que disse Marx sobre toda uma forma de pensamento que se julga superior à realidade e pela posição social daqueles que a criam, ela acaba mesmo sendo vivida – de forma mais pesada e como que tendo em si todas as outras formas condensadas ao mesmo tempo em que as origina – pelo trabalhador no chão da fábrica. A escola, esse importante instrumento da ideologia, é uma na rede particular e outra na rede pública (a primeira forma “patrões” que darão ordens e a segunda “empregados” que as acatarão). O proletário, desprovido de sua relação mais íntima consigo mesmo, desprovido de exercer sua plenitude, de ser quem poderia ser (ato/potência) é o alienado a quem interessa a revolução. Porém, o espaço preenchido pela burguesia nas representações da realidade (acima citadas e também nelas inclusa a própria filosofia) mascaram toda a exploração sofrida no trabalho e substituem, na ausência até mesmo do tempo para pensar em si, a angústia, o sofrimento, a possibilidade de revolta do mutilado por uma explicação que o diga que será compensado em outro momento (nas férias, num domingo qualquer, comprando um novo tênis, casando-se, pagando uma boa escola para os filhos ou até mesmo no pós-morte).

Em suma, ideologia, no estrito sentido marxiano, significa dizer que o modo de ver o mundo dos que detêm os meios de produção da sociedade é difundido a todos os outros membros da sociedade como a única forma possível de se ver o mundo. Ou seja, família, escola, religião são braços da ideologia e mesmo que seja possível e não muito difícil identificar a “boa intenção” de uma mãe, de uma professora ou de um padre ao dizerem à uma criança que é “o trabalho dignifica o homem” isso não exclui o caráter ideológico dessa afirmativa, uma vez que não há que se falar em dignidade humana no alienante processo produtivo em que essa criança será inserida quando tornar-se adulta, a não ser que para diagnosticar sua total ausência. Ideologia significa também que as estruturas e instituições sociais estão interligadas em um dinamismo que faz com que essa visão se amplie e que, baseado nelas, as possibilidades de escolha diminuam na mesma medida em que novos desejos, produtos e serviços chegam às prateleiras.

2. Terry Eagleton e a ideologia na contemporaneidade

Em seu livro “Ideologia. Uma introdução”, Terry Eagleton examina detalhadamente o conceito de ideologia, buscando entre suas diversas definições algumas pistas para torná-lo mais útil na teoria social contemporânea. Começa admitindo que o livro não será uma exceção ao fato de que ninguém ainda propôs uma definição única e adequada de ideologia. Para apresentar a variedade de significados do termo, ele apresenta dezesseis concepções distintas de ideologia “em circulação”, prossegue seu raciocínio mostrando que muitas delas se completam ou diferem muito pouco, mas que também muitas são incompatíveis entre si. Para fazer uma distinção básica, ele divide ideologia como sinônimo do uso vulgar de filosofia (como não raro se vê nas perguntas do senso comum: “qual sua filosofia de vida?” e “qual sua ideologia?”, e que na prática perguntam a mesma coisa), do termo utilizado não apenas como sistema de crenças como também referente a questões de poder. Parte então para a definição de ideologia como legitimação do poder de uma classe dominante sobre as demais, o que esbarra em dois grandes problemas: nem todo corpo de crenças denominado ideológico está associado a um poder político dominante, “*Será que o socialismo e o feminismo são ideológicos e, se não, por quê? Serão não-ideológicos enquanto oposição política mas ideológicos quando chegam ao poder?*” (EAGLETON, 1997, p. 19); o outro problema é a ampliação do conceito de ideologia, Foucault e sua teoria do micropoder estenderam tal conceito a ponto de oferecer uma ameaça ao aprofundamento crítico do conceito de ideologia. Já que é preciso que existam valores e crenças que não sejam relacionadas com o poder para que o termo ideologia não se expanda a ponto de se extinguir, afinal, “*qualquer palavra que abranja tudo perde seu valor e degenera num som vazio*” (EAGLETON, 1997, p.21)

Eagleton alerta que Foucault desistiu do termo ideologia cedo demais, não estando atendo a sua principal função que é a possibilidade de distinguir quais lutas são mais ou menos centrais, ou que certos “poderes” ou “forças” são mais relevantes e centrais que outros. Ele colocou tudo como força, como se essa estivesse dissipada e existindo em igual medida em todas esferas sociais, se tudo é força nada é força. O que é a força de um trabalhador que aperta parafusos frente a força daquele que pode agora comprar máquinas que façam mais rápido e com menor custo o mesmo trabalho que esse trabalhador? O que a é força de uma mãe que tenta educar seus filhos em um contexto agroecológico, baseando as relações sociais por meio da troca e do senso de comunidade, quando seus filhos tem contato com as propagandas de alimentos-veneno e todo conhecimento sobre o aparato psicológico, fisiológico e social estão a serviço do marketing que visa torná-los

consumidores daquela porcaria ou quando o professor de geografia apresenta com entusiasmo os números do agronegócio e o quão importante são para a economia nacional?

Foucault errou, errou feio. Há sim uma centralidade na força, essa centralidade é econômica; aqueles que detêm os meios de produção na sociedade burguesa são os que, através dos ditames que seguem e reinventam, direcionam como se darão as relações não apenas “no chão das fábricas” como também fora delas.

Os mais radicais, para quem “tudo é ideológico” ou “tudo é político”, parecem não perceber que correm o risco de derrubar os seus próprios argumentos. Tais slogans podem ser muito valiosos quando se trata de desafiar uma definição excessivamente estreita de política e ideologia, uma do tipo que convém ao propósito do poder dominante de despolitizar setores inteiros da vida social. Mas estender esses termos a ponto de torná-los coextensivos a tudo é simplesmente destituir-lhes de força, o que também é conveniente para a ordem dominante. É perfeitamente possível concordar com Nietzsche e Foucault a respeito de que o poder está por toda parte, ao mesmo tempo que se busca distinguir, para certos propósitos práticos, entre exemplo de poder mais ou menos centrais. (EAGLETON, 1997, p. 21)

Eagleton aponta uma forma para concluir que o termo ideologia tem sim significado, sentido e utilidade; trata-se de, em qualquer situação específica, ser capaz de assinalar aquilo que considera ou não ideológico. Dessa forma ele considera que a ideologia pode estar em toda parte, mas que certamente ela não está: “pode-se dizer que não há um único fragmento de discurso que não possa ser ideológico, dadas as devidas condições”. Sugere então que ideologia é mais uma questão de “discurso” que de “linguagem”:

Não se pode decidir se um enunciado é ideológico ou não examinando-o isoladamente de seu contexto discursivo [...] A ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento (EAGLETON, 1997, p. 22).

O que é ideológico aqui, portanto, não necessariamente o é ali. Se ideologia é um discurso vinculado a interesses sociais específicos, percebemos que ao falar em interesse estamos com um problema bem semelhante a quando falamos de poder. A solução também é a mesma, devemos avaliar os níveis de interesse, o termo “interesses sociais” deve distinguir aqueles conflitos que, em todas as épocas, são claramente centrais a uma ordem social e aqueles que não são.

Tomando como objeto de análise o termo “falsa consciência”, Eagleton vê se que há uma série de autores que o descartaram, alguns simplesmente dizendo que toda linguagem é representação do mundo, não o atinge e é, portanto, falsa. Adotando a posição de “realista moral”, considera-se que a tese da falsa consciência permanece válida, pois “há fatos morais e também fatos físicos, acerca dos quais nossos prejuízos podem ser considerados tanto verdadeiros como falsos” e qualquer proposição ideológica empiricamente verdadeira, é passível de codificar uma ação normativa que na verdade era falsa.

Eagleton atenta para a possibilidade de pensar o discurso ideológico como complexa rede de elementos empíricos e normativos, dentro do qual a natureza e organização dos primeiros é, em última análise, determinada pelos requisitos dos últimos. E esse poder pode ser apenas um dos sentidos em que uma formação ideológica se assemelha a um romance, o que tem total ligação com a concepção benjaminiana da história e a função de “fazer esquecer” que possui a informação.

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicação. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. [...] A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento e precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo é capaz de se desenvolver. (BENJAMIN, 1994, p.203-204)

Ao discutir o papel da chamada falsidade epistêmica no âmbito da ideologia, conclui que o fato da ideologia não ter, na origem, nada a ver com a razão, não nos autoriza a equipará-la com a irracionalidade.

Reverendo os argumentos sobre a falsa consciência, conclui que não resulta da crença, que toda linguagem necessariamente envolve falsidade e que tampouco é o caso de afirmar que todo compromisso com a ordem social dominante implica alguma espécie de ilusão. *“Uma pessoa poderia ter uma compreensão perfeitamente apropriada dos mecanismos de exploração capitalista e, mesmo assim, concluir que esse tipo de sociedade, ainda que injusto e opressivo, é preferível, de modo geral, à qualquer alternativa provável”* (EAGLETON, 1997). Tal exemplo é pontual para entendermos a forma de que nem todo compromisso com a ordem social dominante é uma espécie de ilusão, e seu conteúdo também é útil para novamente ressaltarmos que não se trata de valoração moral dos agentes que atuam na sociedade burguesa e ampliá-lo ao não julgamento moral também daqueles que defendem o capitalismo, seu modelo e mecanismos de atuação é essencial para avançarmos não apenas dentro da teoria e da racionalidade que seguimos como para encontrarmos ferramentas e linguagens que comuniquem o nosso entendimento das relações sociais e do modo de produção capitalista a aqueles que não compartilham desse entendimento ou conclusão. Nesse caso, perde-se não apenas a essência das relações capitalistas que ocorrem e derivam de seu dinamismo, como minam as possibilidades de diálogo com os que concluem que o capitalismo é preferível em relação as demais possibilidades.

Não deveria ser necessário dizer isso aqui, mas o quadro atual, principalmente no Brasil dessa segunda metade da década, evidencia a necessidade de firmarmos isso: não se trata de julgar moralmente alguém pelas conclusões que tira e pelas análises que faz da sociedade, deve-se tratar com respeito intelectual toda posição que, mesmo divergente, é calcada em análise racional e não preguiçosa dos fatos. A dialética tende apenas a ganhar com isso, seu trabalho fica ainda mais sólido, afinal posições divergentes fazem parte da realidade, estão no mundo e cabe a teoria abarcar ao máximo os elementos desse real com a intuição de chegar o mais próximo possível dele.

Após essa análise detalhada, Eagleton nos apresenta seis definições possíveis do termo ideologia. Vejamos essa estruturação:

A primeira delas é o processo material de produção de ideias, crenças e valores na vida social denotando todo o complexo de práticas significantes e processos simbólicos em uma sociedade particular. Ideologia significa mais do que meras práticas significantes que uma sociedade associa ao alimento; envolve as relações entre esses signos e os processos do poder político. Elucida o campo geral da cultura de um ângulo específico. Tange mais a forma como os indivíduos “vivenciam” suas práticas sociais do que as próprias práticas sociais.

Posteriormente temos o significado de ideologia que diz respeito a ideias verdadeiras ou falsas que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo. Aqui, ideologia assemelha-se a “visão de mundo”. Porém, engloba questões específicas do dia-a-dia e não apenas questões fundamentais.

Outro significado fala da legitimação e promoção dos interesses dos grupos sociais. Interesses que tenham relevância no sentido de reafirmar ou questionar toda uma forma de vida política. A ideologia aqui é um campo discursivo onde poderes sociais se autopromovem, conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo.

O quarto significado mantém o foco na promoção e legitimação de interesses de grupos específicos. Porém, relaciona-os apenas às atividades de um grupo dominante. Supondo que tais ideologias unificam os seus ideais e as práticas sociais dos grupos subordinados. A próxima significação tem relação direta com a anterior, acrescentando-se a ela a legitimação que se dá mediante distorção e dissimulação.

O sexto significado de ideologia considera as crenças falsas e ilusórias como frutos não de uma classe dominante, mas de estrutura material do conjunto da sociedade como um todo (EAGLETON, 1997, p. 38-40). O exemplo aqui é justamente o fetichismo da mercadoria, primeiro capítulo de “O Capital”, de Marx.

Podemos enfim retornar à questão da ideologia como ‘relações vivenciadas’, e não como relações empíricas. Se isso é verdadeiro, seguem-se então certas consequências políticas importantes. Uma delas, por exemplo, é que não se pode transformar substancialmente a ideologia oferecendo-se aos indivíduos descrições verdadeiras em lugar de falsas – ela não é, nesse sentido, simplesmente um *equivoco*. Não chamariamos uma forma de consciência de ideológica apenas porque estivesse em erro fático, não importa quão errada fosse. Falar de “erro ideológico” é falar de um erro com tipos específicos de causas e funções. Uma transformação de nossas relações vivenciadas com a realidade só poderia ser assegurada mediante

uma mudança material dessa mesma realidade. Portanto, negar que a ideologia seja principalmente uma questão de representações empíricas corresponde a uma teoria materialista de como abster-se de tentar corrigir as pessoas quanto as questões factuais. Se alguém realmente acredita que toda as mulheres sem filhos são frustradas e amarguradas, apresentá-la ao maior número possível de mulheres eufóricas que não têm filhos poderia convencê-lo a mudar de opinião. Negar que a ideologia seja fundamentalmente uma questão de razão não significa concluir que ela é totalmente imune a considerações racionais. E “razão” aqui teria o sentido de algo novo como: o tipo de discurso que resultaria da participação ativa do maior número possível de pessoas em uma discussão sobre esses assuntos, estando elas tão livres quanto possível da condição de dominação. (EAGLETON, 1997)

Essas definições permitem traçarmos, sempre calcados no real e em seu dinamismo, novos caminhos para estudo, análise e também formação de novas concepções sobre o conceito de ideologia.

Conclusão

Hegel possuía uma pretensão de entendimento da totalidade para entendermos os fenômenos, sendo necessário regressarmos nossas avaliações ao máximo possível e buscando um entendimento que una os diferentes fatores. Essa pretensão também está em Marx. Porém, Marx diverge de Hegel no que diz respeito à primazia de teoria frente à realidade. Marx critica duramente o idealismo do pensamento filosófico alemão, sendo esse uma espécie de prisão que não permite o contato com o mundo ao qual pretende analisar, justamente por entender-se e pretender fazer-se anterior a ele, anterior à realidade, anterior à concretude dos fenômenos e fatos que ocorrem no mundo real.

Neste sentido, é necessário que a teoria entenda seu lugar frente à prática. Seu lugar é de representar o que ocorre no real a fim de se buscar elementos que permitam um diálogo sobre esse real. Esse diálogo sobre a realidade que a teoria apresenta deve sempre estar permanentemente subordinado à realidade histórica concreta.

Marx nos apresenta o método materialista histórico e dialético para a análise da sociedade; é necessário sempre retornar ao real para entendermos no nível da linguagem as relações que nele ocorrem e esse retorno é algo imparável, uma vez que no dinamismo das relações sociais novas formas de realidade se formam a todo o momento. Com seu conceito de ideologia fica mais claro o que ele pretendeu com os termos *infraestrutura* e *superestrutura*, uma vez que ele define a ideologia como sendo a visão de mundo dos que detêm os meios de produção, apresentada a todos os demais como a única visão de mundo possível. E, por visão de mundo, podemos entender formas e maneiras de viver e significar o mundo e as relações que nele ocorrem.

Tendo por pressuposto o conceito marxiano de ideologia, Eagleton detalha para o que é a ideologia, excluindo algumas de suas interpretações mais equivocadas e chegando a um filtro final onde são apresentadas seis definições possíveis de ideologia. Tal abordagem é de extrema utilidade para nós hoje; ele nos brinda com um entendimento de que a ideologia não é necessariamente irracional ou mentirosa. Pelo contrário, ela utiliza-se de várias pequenas verdades para significar nossa existência com uma grande mentira e, para isso, ela possui várias ramificações. Na era pós-moderna dos discursos e das representações políticas sendo ocupadas por ícones (a presidente mulher, o presidente negro, o presidente torneiro mecânico, o governador pastor, o prefeito empresário, etc) que incorporam os discursos em uma sociedade onde cada vez mais o discurso é superior à própria realidade no que diz respeito a como as pessoas interpretarão os fenômenos sociais que a cercam, é de extrema importância e utilidade que alguém, como faz Eagleton, nos aponte para essa primazia do discurso e nos faça necessariamente refletir sobre o contexto em que eles são ditos para que possamos entender o que nele ou o quão ele é ou não ideológico.

Realmente vivemos a era do discurso e tal quadro se ampliou desde que Eagleton descreveu o que é ideologia. Hoje muito da comunicação se dá na esfera virtual, na internet e nela não apenas cada vez mais as pessoas se cadastram / filiam a instrumentos (“Facebook” principalmente, mas também “youtube”, “Google” e demais “redes sociais”) que selecionam as escolhas que o usuário poderá fazer e que, apesar da amplitude da rede mundial de computadores, são muito menos variadas em relação às também já filtradas bancas de jornal do começo do século XX e início do século XXI. Tais redes sociais tendem a possuir uma apresentação do usuário por si mesmo, um pequeno discurso sobre quem ele é, com suas próprias palavras, fotos escolhidas e gostos que escolhe expor. Neste contexto, as definições apresentadas e analisadas por Eagleton são uma

importante ferramenta para entendermos não apenas as estratégias ideológicas presentes na atualidade, como também para compreendermos os processos de dominação em curso no mundo contemporâneo.

Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas; v1. Magia e técnica, arte e política. ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUFOUR, Dany-Robert. **O divino mercado: a revolução cultural liberal.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução.** São Paulo: Unesp / Boitempo, 1997.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.